A DESIGUALDADE DE GÊNERO REFLETIDA EM INVISIBILIDADE SOCIAL FEMININA

GENDER INEQUALITY REFLECTED IN FEMALE SOCIAL INVISIBILITY

Karen Kelly Alves da Silva,
Luciana de Castro Álvares

RESUMO

Com o propósito de analisar o quanto o sistema patriarcal e o machismo estrutural estão enraizados na sociedade, reservando às mulheres um lugar de inferioridade e ocasionando a desigualdade de gênero por meio da supremacia masculina, buscou-se observar que essa desigualdade é estendida a diversos setores. Nesse sentido, compreende-se que a figura feminina é subalternizada de tal forma, que torna-se praticamente fadada à invisibilidade social. Essa problemática, mantém mulheres extremamente sobrecarregadas e exploradas no bloco familiar, para exemplificar essa questão, basta perceber que as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e os cuidados para com a família. Além disso, a desigualdade de gênero abrange o mercado de trabalho com uma série de complexidades que conferem uma posição de desvantagem às mulheres, como, duplas jornadas, disparidade salarial, assédio sexual e inúmeras dificuldades. Acompanhando a lógica do patriarcado, a esfera religiosa também contribui para a submissão feminina. Porém, verifica-se que a profundidade das relações de gênero como difusoras de desigualdade entre os sexos, contribuem, inclusive para a naturalização e a para a intensificação da violência contra a mulher.

Palavras-Chaves: Desigualdade de gênero. Invisibilidade Social Feminina. Violência Contra a Mulher.

ABSTRACT

In order to analyze the extent to which the patriarchal system and structural machismo are rooted in society, reserving women a place of inferiority and causing gender inequality through male supremacy, we sought to observe that this inequality is extended to several sectors. In this sense, it is understood that the female figure is so subordinate that it is practically doomed to social invisibility. This problem keeps women extremely overburdened and exploited in the family bloc, to exemplify this issue, it is enough to realize that women are the main responsible for domestic work and care for the family. In addition, gender inequality encompasses the labor market with a series of complexities that place women at a disadvantage, such as double hours, wage disparity, sexual harassment and countless difficulties. Following the logic of patriarchy, the religious sphere also contributes to female submission. However, it appears that the depth of gender relations as spreaders of inequality between the sexes, contributes, including to naturalization and to the intensification of violence against women.

Keywords: Gender Inequality. Female Social Invisibility. Violence Against Women.

Introdução

A hegemonia do patriarcado é construída com base central nas relações sociais de gênero. Questionando essa conjuntura, pretende-se mostrar a urgência em debater a desigualdade de gênero, buscando contribuir de alguma forma, com o empoderamento feminino e com a desconstrução dos preceitos machistas instaurados socialmente.

Portanto, o referido estudo surge da inquietude causada em observar as condições injustas atribuídas às mulheres, em que, a construção de papéis sociais distintos fomenta a desigualdade de gênero e a invisibilidade social feminina, além de reforçar a cultura de violência contra as mulheres.

O objetivo principal é analisar como a desigualdade de gênero impacta nas mulheres, pois, compreende-se que desse modo, pode-se ressignificar positivamente a imagem da mulher e analisar estratégias para que as relações desiguais sejam transformadas, mostrando que legitimar a complexidade da desigualdade de gênero e incluí-la ao debate popular é o mesmo que reconhecê-la como um grave problema social que necessita de políticas públicas e medidas efetivas comprometidas com o seu enfrentamento.

Abordar esse assunto requer atenção para compreender que relações desiguais de gênero são elementos fundamentais que causam impacto em toda a sociedade, mas, incide diretamente na vida das mulheres, roubando-lhes a liberdade individual e consequentemente impedindo sua autonomia enquanto seres de direitos sociais, ou seja, mulheres são as mais afetadas.

Provavelmente, o primeiro contato das mulheres com essa desproporcionalidade acontece na família, essa problemática expande-se à implacável disparidade no mercado de trabalho, engloba também a esfera religiosa, onde mulheres são moralmente julgadas e denotadas como causadoras da origem do pecado. Visto que, além de toda a carga de subalternidade que a mulher recebe, a desigualdade de gênero também colabora com a perpetuação da violência contra as mulheres.

Breve história do movimento feminista

Embora, o decorrer histórico sobre a trajetória das mulheres na sociedade seja marcado por desigualdade e opressão, existiu em contrapartida, o inconformismo de mulheres com as condições injustas, confrontando as imposições do patriarcado com muita resistência. “O patriarcado ou ordem patriarcal [...] trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina. É, por conseguinte, um conceito de ordem política.” (Saffioti, 2015, p. 148).

Os primeiros ideais do movimento feminista foram percebidos na Europa, a partir do século XIX, porém, a sua sistematização enquanto movimento legítimo e consolidado passou por um longo caminho. Por esta razão, a história do feminismo é dividida em três importantes fases. “[...] a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos.” (PINTO, 2010, p. 15). Em relação ao início do feminismo no Brasil, autora informa que:

No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto. A *sufragetes* brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (PINTO, 2010, p. 15 - 16).

Em relação ao contexto do Brasil, Ribeiro (2018) esclarece que, a segunda onda teve início nos anos 1970, num momento de crise na democracia. Além de lutar pela valorização do trabalho da mulher, pelo direito ao prazer e contra a violência sexual, essa segunda geração combateu a ditadura militar.

A principal questão que impulsionou a luta das mulheres foi o direito ao voto, mas, também existem outros debates acerca do movimento feminista, como, a equidade de gênero, o fim da violência contra as mulheres, o direito de decidir sobre o próprio corpo por meio da legalização e descriminalização do aborto, entre outros.

No Brasil, a terceira onda é determinada por acentuar as complexidades de maneira mais ampla, propiciando uma maior efetividade nas questões de gênero, contestando as relações de hierarquia, desigualdade e submissão, ou seja, pode ser considerada a onda da legitimidade. Desse modo, Ribeiro (2018, p. 45), aponta que:

Na terceira onda, que teve início na década de 1990 e foi alavancada por Judith Butler, começou-se a discutir os paradigmas estabelecidos nos períodos anteriores, colocando-se em discussão a micropolítica. As críticas de algumas dessas feministas vêm no sentido de mostrar que o discurso universal é excludente, porque as mulheres são oprimidas de modos diferentes, tornando necessário discutir gênero com recorte de raça e classe.

Contudo, o feminismo é um movimento político e social que defende a luta por condições mais justas entre os sexos, surgindo em reação às imposições do patriarcado. Atualmente, mulheres têm direito votar, escolher seus parceiros, estudar e vislumbrar uma vida fora da obrigação de servir ao marido. Porém, esses direitos existem somente porque houve enfrentamento diante dessas questões, ou seja, tudo o que é garantido hoje, não surgiu naturalmente, pelo contrário, foram adquiridos por meio de conflitos e conquistados por feministas revolucionárias que estiveram na linha de frente, sacrificando até a própria vida, para que as mulheres de hoje possam ter alguma autonomia.

Gênero e desigualdade

Para compreender a definição de gênero, é necessário perceber que gênero e sexo são conceitos distintos, pois sexo refere-se normalmente, a diferenças biológicas. “Em primeiro lugar, cabe ressaltar que não existem o gênero “homem” e

o gênero “mulher”. Há sim, os gêneros masculino e feminino. Gênero é histórico, cultural; dessa forma, não é igual a sexo.” (BEZERRA; VELOSO, 2015, p. 165).

“Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens” (SCOTT, 1990). Então, a noção de gênero pode ser entendida como algo que é construído socialmente dentro do conceito de sociedade patriarcal.

Na sua utilização mais recente, o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O termo “gênero” enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. (SCOTT, 1990, p.72)

Conforme Cisne (2015), os estudos de gênero surgem principalmente sob a influência de feministas acadêmicas, no final do século 20 [...]. Seu objetivo advém da necessidade de desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres. Visto que, historicamente e culturalmente, a estrutura patriarcal que move a sociedade, gera as relações desiguais de gênero e faz com que a imagem das mulheres esteja sempre relacionada à submissão. Referente ao termo “gênero”, Scott (1990, p. 85) esclarece que:

O termo “gênero” faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens.

É possível perceber que antes mesmo de nascerem, meninos e meninas já são condicionados a seguir exigências sociais, através da divisão entre brincadeiras, modo de se vestir e de se portar. O famoso “menino usa azul e menina usa rosa” não está limitado somente a cores, pelo contrário, a questão é ainda mais complexa porque sustenta a ideia de fragilidade feminina e força masculina. Existe o estereótipo de que “meninas são mais tranquilas” ou que são mais “fáceis de lidar”, quando na verdade são reprimidas desde muito novas. Em contrapartida, meninos são ensinados a agir de forma agressiva para afirmarem sua masculinidade e privados de demonstrar seus sentimentos, afinal, “homem não chora”.

A primeira pergunta a nova alma anunciada é: É menino ou menina? Da cor do quarto a escolha profissional, as oportunidades de vida já são construídas pela família que o espera. Sua suposta fragilidade ou virilidade já está construída no imaginário social familiar e será levado consigo por toda vida, tendo peso imponderável em suas escolhas pessoais. Mais do que uma identidade apreendida, o gênero desta nova alma estará imerso nas complexas teias das relações sociais, políticas, econômicas e psicológicas entre homens e mulheres. Relações estas que fazem parte da estrutura social institucionalizada da sociedade. Esta construção é dada através de processos de socialização e educação dos sujeitos para se tornarem homens ou mulheres e ainda, no estabelecimento dos padrões sociais entre eles. (SANTOS, 2010, p. 8 – 9)

Portanto, observa-se que as relações de gênero são normalmente relações de hierarquia, fazendo com que figura masculina esteja no topo do poder. A posição de dominância é justificada por responsabilidades em ser provedor e estar à frente do comando da família, por exercer cargos de chefia no trabalho ou o simples fato de ser homem, são fatores mais do que determinantes para que estejam em privilégio.

[...] os gêneros masculino e feminino estabelecem entre si relações desiguais. Assim, o problema não reside nas diferenças entre homens e mulheres, e sim na transformação dessas diferenças em desigualdades. Ou seja, quando se fala em gênero, está se referindo a um determinado modelo de relação entre homens e mulheres marcado tendencialmente pela desigualdade da inserção social destas em relação àqueles. (BEZERRA; VELOSO, 2015, p. 165).

O contexto machista norteia a percepção de que as relações de gênero surgem naturalmente, quando na verdade, são condições socialmente construídas. Para Adchie (2018), o problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos. Seríamos bem mais felizes, mais livres para sermos quem realmente somos, se não tivéssemos o peso das expectativas de gênero.

Invisibilidade social feminina na família

Conforme a origem da palavra família, Engels (2009) informa que, *Famulus* quer dizer escravo doméstico e família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. Ou seja, a própria etimologia da palavra faz referência ao poder patriarcal. Porém, houve um período da história, antecedente à criação da família monogâmica em que a condição feminina era extremamente valorizada, porque as mulheres são capazes de garantir a reprodução da vida humana e os homens não tinham ciência do próprio envolvimento nesse processo.

Não foi gratuita a alta consideração devotada às mulheres por parte dos homens, quando ainda não se conhecia a participação masculina no ato da fecundação. Capazes de engendrar uma nova vida, de produzir todos os nutrientes necessários ao desenvolvimento dos fetos e, ainda, de fabricar internamente leite para alimentar os bebês, eram consideradas seres poderosos, mágicos, quase divinos. Caíram do pedestal, quando se tomou conhecimento da imprescritível, mesmo que efêmera, colaboração masculina no engendramento de uma nova vida [...] (SAFFIOTI, 2015, p.35).

Porém, com a definição do modelo de família monogâmica, houve alterações na superestimação da condição feminina, abrindo espaço para a desigualdade entre os gêneros e conferindo a mulher uma posição de submissão em relação ao homem. Nesse sentido, Engels (2009, p.64), indica que:

Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas em condições econômicas [...] Os gregos proclamavam

abertamente que os únicos objetivos da monogamia eram o domínio do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus e que estavam destinados a herdar suas riquezas.

O arranjo social sobre a posição da mulher no modelo de família tradicional, reserva a ela unicamente, o rótulo de esposa, mãe e dona de casa, sendo talvez, o ambiente familiar o que mais manifesta a desvalorização feminina, por meio de uma vasta exploração, e também, o que abre espaço para que violência contra a mulher se estabeleça na sociedade. Ainda tratando-se de família, é quase impossível não ligar a mulher à imagem de mãe. Contudo, o chamado “instinto materno” não passa de uma construção social que ressalta a existência de um padrão ideal imposto compulsoriamente, em que a maternidade é associada a um lugar de completude. Nesse sentido, cabe a mulher arcar com as frustrações de sua família e administrar os conflitos, eximindo a figura paterna de qualquer obrigação para com os filhos.

Aliás, as mulheres são culpabilizadas por quase tudo o que não dá certo. Se ela é estuprada, a culpa é dela, porque sua saia era muito curta ou seu decote, ousado [...] Se a educação dos filhos do casal resulta positivamente, o pai é formidável; se algo dá errado, a mãe não soube educá-los. (SAFFIOTI, 2015, p.67 – 68).

Em relação ao trabalho doméstico, provavelmente, seja o mais árduo, incessante e ao mesmo tempo, o mais invisível de todos os trabalhos. Afinal, não existe mérito algum, tampouco remuneração, horário de expediente, limite de horas trabalhadas, férias ou qualquer tipo de garantia por exercê-lo. É como se existisse uma regra que diz que lavar, passar, cozinhar, e etc. são habilidades estritamente femininas, ou seja, há uma vasta exploração do trabalho feminino.

Para Cisne e Santos (2018), essa exploração se realiza pelos trabalhos domésticos não remunerados e pela responsabilidade com o cuidado das crianças e outros membros da família, além da “obrigação sexual” e da cobrança pelo “equilíbrio emocional” dos membros da família.

Além disso, as vivências que ocorrem no mundo privado reservam para as mulheres um lugar de dependência financeira, afetiva e emocional. E tudo isso é instaurado com muita naturalização, fazendo com que ela acredite que só será plena e feliz, se conseguir formar uma família. Não importa se essa família trará impactos negativos e situações de violência, basta cumprir as exigências sociais e entender o casamento, trabalho doméstico e maternidade como único destino.

Enquanto isso, as mulheres são convencidas, por meio de uma combinação perversa entre violência e sedução, que a família e o amor valem mais do que tudo, quando na verdade, o amor de devoção à família serve para amenizar a escravidão, que desmontada, faria bem a todos, menos àqueles que realmente preferem uma sociedade injusta porque se valem covardemente de seus privilégios. Há uma verdadeira “ideologia do amor de devoção à família”. (TIBURI, 2018, p. 19).

As questões apresentadas são exemplos de que a desigualdade de gênero e a invisibilidade social feminina são introduzidas no ambiente familiar e estendidas sobre a maneira desvantajosa em que a mulher é colocada na sociedade.

Invisibilidade social feminina na religião

De acordo com Chauí (2000), a palavra religião vem do latim: *religio*, formada pelo prefixo *re* (outra vez, de novo) e o verbo *ligare* (ligar, unir, vincular). A religião é um vínculo. Quais as partes vinculadas? O mundo profano e o mundo sagrado [...]. No Brasil, as religiões cristãs são as que possuem maior número de adeptos. Estima-se que 50% dos brasileiros são católicos e 31% evangélicos, segundo notícia divulgada no jornal O Globo.

Constata-se que nas religiões cristãs, a origem do pecado advém junto à figura da mulher. De acordo com a teoria criacionista, o universo formou-se através da autoria de um ser superior (Deus). Portanto, Deus criou o paraíso e posteriormente, criou Adão, o primeiro homem. Mas, achou insuficiente, pois conclui que não era interessante para o homem viver sozinho e por isso, a partir da costela de Adão, Eva, a primeira mulher, foi criada. “Disse mais o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; farer-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea.” (BÍBLIA SAGRADA, GENESIS, 02:18).

Para seguir desfrutando do paraíso, Adão e Eva não deveriam comer o fruto proibido. No entanto, Eva é influenciada por uma serpente e acaba agindo com desobediência, juntamente com Adão. Então, o ato de infringir a regra estabelecida por Deus tem como resultante a expulsão do paraíso. No conjunto dessa narrativa, é importante observar que tanto o homem quanto a mulher descumpriram as ordens de Deus, porém, Eva foi quem carregou a maior parte da culpa. “E à mulher disse: Multiplicarei sobremodo os sofrimentos da tua gravidez; em meio de dores darás à luz filhos; o teu desejo será para o teu marido, e ele te governará” (BÍBLIA SAGRADA, GENESIS, 03:16). Por isso, acredita-se que a maldição lançada a Eva, também recaiu em suas descendentes.

É neste cenário que começa a se aprofundar o já longo processo de justificação da opressão da mulher, e de controle de seu corpo e de sua sexualidade. Partindo da história antiga, já podemos observar a coisificação da mulher nos códigos das antigas civilizações. Esses saberes concretizaram uma ideologia ao longo dos séculos que culminou na imagem do feminino como um ser inferior e submisso. Na Idade Média cristã, tal preceito parte inicialmente da história de Adão e Eva pregada pela igreja para explicar a origem do mundo. Segundo a igreja, a Eva teria sido a responsável pela perda do paraíso, pois com seu instinto pecador ela não conseguiu resistir a tentação, culminando na expulsão de Adão também. Desta forma ela foi culpada por todos os males da sociedade sendo assim necessário submeter à mulher medieval a tutela masculina. (ATTUATI ET AL., 2016, p. 3).

Em oposição à imagem de Eva, sucede a imagem de Maria, mãe de Jesus, o filho de Deus. Maria trás consigo a figura sacramentada da mulher, interpretada como exemplo de pureza, castidade e obediência. Ou seja, há uma linha tênue sobre a definição da figura feminina nas escrituras bíblicas por meio do contraste entre as personalidades de Eva e Maria, pois de um lado há o reflexo do pecado e da desobediência, e do outro, a ideia de mãe sagrada e imaculada que se doa totalmente a família. Em relação a articulação entre religião, casamento e família, Biroli (2018, p. 150), sinaliza que:

A valorização de concepções cristãs convencionais de família e de uma ordem sexual conservadora, baseada no casamento e na suposta complementaridade entre homens e mulheres, foi e ainda é eixo ideológico nessa ação política. A posição da mulher é tomada como seu papel nessas relações, com sua individualidade subsumida à maternidade.

A religião enquanto instituição social, assim como todo o modelo de sociedade é pautada no patriarcado, com isso, a virgindade das mulheres é superestimada e entendida como símbolo de virtude que agrada as leis divinas, ao mesmo tempo, existe uma demonização do corpo feminino e durante a Idade Média foi utilizada como pretexto para torturar e matar mulheres, no período histórico conhecido como Santa Inquisição.

Nunca, ao longo da história, as mulheres foram submetidas a tão grande agressão, organizada intencionalmente, aprovada pelas leis, abençoada pelas religiões. Com base nas evidências mais frágeis, em geral nada além de uma denúncia, milhares foram detidas, desnudadas, tiveram o corpo totalmente depilado e, então, perfurado com longas agulhas por toda parte na busca da “marca do diabo”, em geral na presença de homens – do carrasco aos notáveis e aos sacerdotes da localidade.(FEDERICI, 2019, p.70).

Nas religiões cristãs, mesmo quando mulheres ocupam um lugar de prestígio e liderança, ainda assim os cultos e encontros geralmente são orientados sob a lógica de submissão feminina, ou seja, não há estímulo para uma experiência religiosa individual, pois, nesse contexto, cabe a mulher a responsabilidade de manter a família “nos caminhos de Deus” e estar engajada com as causas da igreja.

Dentro deste marco ideológico, cultural e institucional, as mulheres são orientadas, doutrinadas para serem assíduas frequentadoras dos templos, sentir culpa e frequentar os confessionários; são responsáveis pela ações sociais, pela caridade e pela catequese das crianças. Enquanto os homens dirigem os cultos, as cerimônias, administram os bens, organizam e tomam parte das estruturas, criam as leis e normas, julgam e punem. (BUENDÍA, 2015, p. 120).

Nesse paradoxo, entende-se que as mulheres são profundamente subjulgadas na esfera da religiosidade cristã, pois todo o pecado da humanidade é atribuído a elas. É percebido também, que a doutrinação em que a tradição da Igreja é designada contribui para a subalternização das mulheres.

Invisibilidade social feminina no mercado de trabalho

A inserção da mulher no mercado de trabalho formal é inegavelmente, um importante marco para a luta da promoção de participação feminina na esfera pública. Ocupar espaços no mercado de trabalho caracteriza um grande progresso para a autonomia e independência financeira das mulheres.

O incentivo à entrada da mulher no mercado de trabalho vem assim, corresponder às novas exigências advindas das transformações no mundo do trabalho. Além da docilidade e passividade historicamente aproveitadas e difundidas pelo capital, a educação destinada às

mulheres com o objetivo de dar conta de várias atividades ao mesmo tempo – por exemplo, cuidar dos filhos, da cozinha e da lavagem de roupas simultaneamente – desenvolve a capacidade da polivalência, facilitando o atendimento a essa nova exigência do mercado de trabalho. [...] (CISNE, 2015, p. 132).

Em proporção a essa conquista, aparecem inúmeras questões, por exemplo, as duplas, triplas ou incontáveis jornadas no qual mulheres são submetidas, a disparidade salarial, a constante vinculação da figura feminina limitada ao cuidado da família e do lar, a exclusão da mulher negra, entre outras, constituem os percalços para a desproporcionalidade de direitos entre pessoas do sexo oposto. Em relação a disparidade salarial, Tiburi (2018, p. 62), destaca que:

Em todos os campos de atividade, dos menos aos mais concorridos, as mulheres sempre são as pessoas que recebem menor remuneração e se acumularem a opressão de raça, como as mulheres negras, receberão menos que todos. Mesmo quando chegam aos cargos mais desejados, como diretoras ou presidentes de corporações, as mulheres costumam receber salários menores. As mulheres negras raramente chegam a cargos mais valorizados.

Além de toda a estrutura sexista que corrobora com a desvalorização feminina, o mercado de trabalho impõe a elas inúmeros desafios. Provavelmente, o primeiro deles começa durante as entrevistas de emprego, quando a mulher é perguntada se tem filhos, ou seja, para a mulher que é mãe, as chances de entrar e consolidar-se no mercado são estreitadas. Outra pontuação considerável é que muitos empregadores não contratam mulheres porque as mesmas podem engravidar, isto significa que, a sociedade que exige às mulheres a maternidade compulsória, é a mesma em que ser mãe é quesito de reprovação para o mundo de trabalho. Segundo a Organização Mundial do Trabalho (OIT) em matéria do G1:

A penalização da maternidade não se limita ao acesso a um emprego, mas segue as mulheres durante grande parte de sua trajetória profissional e dificulta suas possibilidades de chegar a postos de liderança, segundo a OIT. Isso é demonstrado com fatos, já que apenas 25% dos cargos de gerentes com filhos menores seis anos são ocupados por mulheres, enquanto a proporção de mulheres em cargos diretivos aumenta para 31% se não tiverem filhos pequenos. (G1, 2019)

A desigualdade de gênero nos espaços sócio-ocupacionais é contraditória, porque mulheres, em maior parte possuem nível educacional superior ao dos homens e ocupam cargos inferiores ao seu grau de instrução, ou quando ocupam o mesmo cargo, ainda recebem salários desiguais pelo mesmo ofício. “A OIT estabeleceu em um recente relatório que em nível mundial persiste uma diferença de remuneração de 20% entre homens e mulheres [...]” (G1, 2019). No segmento da mesma informação noticiada, observa-se que:

Outro aspecto que preocupa a OIT é que a rentabilidade da educação obtida pelas mulheres - em termos de emprego - é menor que para os homens. Em nível mundial, 41,5% das mulheres com

título universitário não trabalham, enquanto no caso dos homens são apenas 17,2%. (G1, 2019)

Além de tudo, mulheres podem vivenciar situações de assédio e abuso sexual no trabalho. “O fato de que as mulheres da classe trabalhadora são mais intensamente exploradas do que os homens contribui para sua vulnerabilidade ao abuso sexual, enquanto a coerção sexual reforça, ao mesmo tempo, sua vulnerabilidade à exploração econômica.” (DAVIS, 2015, p. 201 – 202).

Com isso, nota-se que mesmo em meio a diversos progressos, a desigualdade no mercado de trabalho ainda é um problema gigantesco a ser combatido, pois nota-se que muitos fatores contribuem negativamente para que as mulheres permaneçam em desvantagem.

Violência contra a mulher

Segundo Saffioti (2015), trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. Porém, a violência contra a mulher é um complexo fenômeno social, pois esta é motivada em razão do gênero.

O termo violência contra a mulher surge nos anos 70, através do movimento feminista, ao denunciar para a sociedade que as mulheres eram o alvo principal da violência praticada pelos homens. A violência contra a mulher tanto pode ocorrer dentro de casa como fora dela. Muitas vezes ela é praticada por pessoas não relacionadas à família, mas que mantêm um certo poder sobre a mulher. A justificativa para os atos de violência estaria somente no fato de ser mulher, portanto um ser submisso, que deve obediência ao homem. (LISBOA; PINHEIRO, 2005, p. 201).

Embora a violência contra a mulher também se estenda aos demais setores da sociedade, a maioria dos casos acontece no ambiente familiar, e geralmente, é praticada pela figura masculina ao qual a vítima mantém vínculo afetivo e de convivência (marido, companheiro, pai, irmão, e etc.).

Conforme Bandeira (2014), tal violência ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar, onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas. Este cenário, propicia a impunidade do agressor, pois a violência praticada por alguém tão próximo dificulta o encorajamento para denunciar, até mesmo por questão de dependência emocional e/ou financeira, como Saffioti (2015, p. 90), reitera:

Rigorosamente, a relação violenta se constitui em verdadeira prisão. Neste sentido, o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu “destino” assim o determina.

Para Mizuno, Fraid e Cassab (2010), a violência contra a mulher apresenta-se como uma grave expressão das relações sociais, com sequelas, muitas vezes, irreparáveis, não atingindo somente as mulheres que a vivenciam, mas também, seus filhos, inscritos nessa relação conflituosa.

Os casos de violência contra a mulher seguem em constante crescente, sendo importantíssimo evidenciar a gravidade dessa problemática porque os dados estatísticos são extremamente preocupantes, pois, confirmam que a maioria das mulheres sofre ou já sofreu alguma situação de violência. Conforme reportagem realizada pela Folha de São Paulo:

O Ministério da Saúde registra que, no Brasil, a cada quatro minutos, uma mulher é agredida por ao menos um homem e sobrevive. No ano passado, foram registrados mais de 145 mil casos de violência — física, sexual, psicológica e de outros tipos — em que as vítimas sobreviveram. Cada registro pode incluir mais de um tipo de violência. A conclusão vem de dados inéditos do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), obtidos pela Folha via Lei de Acesso à Informação. A reportagem analisou 1,4 milhão de notificações recebidas de 2014 a 2018. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).

Observa-se ainda que, de acordo com levantamento do Instituto Datafolha, encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e noticiado no site Agência Brasil: “Mais de 500 mulheres são agredidas por hora no Brasil, revela pesquisa. Assédio ocorre em casa, nas ruas e também no ambiente de trabalho.” (Agência Brasil, 2019). Os números da pesquisa também apontam que:

Estima que mais de 16 milhões de mulheres, cerca de 27,35% das brasileiras, sofreram algum tipo de violência durante o ano passado. De acordo com a pesquisa, 536 mulheres são agredidas por hora no país, sendo que 177 sofrem espancamento.”

A violência foi cometida, em 76,4% dos casos, por conhecidos, como cônjuge (23,9%), ex-cônjuge (15,2%), irmãos (4,9%), amigos (6,3%) e pais (7,2%). Os números indicam que o grupo mais vulnerável está entre os 16 e os 24 anos, pois 66% das mulheres nessa faixa etária sofreram algum tipo de assédio. Na faixa dos 25 aos 34 anos, o índice é de 54% e, dos 35 aos 44 anos, de 33%.

O assédio, que, segundo a pesquisa, atingiu 37% das mulheres, aparece em forma de cantadas ou comentários desrespeitosos ao andar na rua (32%), cantadas ou comentários desrespeitosos no ambiente de trabalho (11,46%) e assédio físico no transporte público (7,78%).

Em casas noturnas, 6,24% das mulheres disseram que foram abordadas de maneira agressiva, com alguém tocando seu corpo; 5,02% foram agarradas ou beijadas à força e 3,34% relataram tentativas de abuso por estarem embriagadas. (Agência Brasil, 2019).

De acordo com Cisne e Santos (2018), a lógica patriarcal que se faz presente nas relações familiares é a mesma que se encontra nos ambientes de trabalho, em

maternidades e hospitais, nos meios de comunicação e propaganda, nas rádios e nas ruas, onde somos expostas cotidianamente à violência e ao assédio sexual.

Atenta-se então que, a violência de contra a mulher transcorre todas as esferas, acometendo-se inclusive do direito de ir e vir. Em vista disso, o sexo feminino está mais suscetível a todo tipo de coação violenta, porque a sensação de insegurança permanece continuamente no dia a dia das mulheres.

Considerações finais

Com o intuito de observar e analisar como a desigualdade de gênero se estabelece na sociedade intensificando a violência contra a mulher, os resultados obtidos com o processo de pesquisa deste trabalho, colaboraram para dimensionar a gravidade do problema apresentado.

Menciona-se ainda, que todo o decorrer da construção desta produção, agregou bastante, trazendo conhecimentos, questionamentos e um novo olhar em torno da condição social feminina, ou seja, contribuiu imensamente tanto para o amadurecimento no campo acadêmico, quanto no campo pessoal.

Desse modo, buscou-se refletir e compreender o porquê das relações sociais de gênero e da opressão feminina serem tão naturalizadas e lançadas como verdade absoluta, pois, observou-se que esta conjuntura é passível de mudança, pois, trata-se de uma construção social mutável, porém, as relações de gênero permanecem no solo da injustiça e apresentam-se de multiformas.

Pondera-se que, para haver mudança é necessário compreender quais são os agentes motivadores que consolidam a desigualdade de gênero e incluir toda a sociedade para esta discussão, pois nas relações desiguais todos são impactados. Mulheres sofrem com o conjunto de repressão e homens com as imposições sociais que configuram uma masculinidade nociva a eles mesmos.

Portanto, uma sociedade alinhada com a paridade de gênero é benéfica não apenas para as mulheres, mas para os homens também. Sendo assim, reitera-se a necessidade de discutir, e aprofundar cada vez mais essa temática, pois, todos devem estar dispostos a repensar os papéis de gênero, porque somente por meio de informação e de uma nova educação, as condições podem ser transformadas e direcionadas à igualdade.

REFERÊNCIAS

ADCHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos Todos Feministas**. São Paulo: Companhia da Letras, 2015.

ATTUATI, Carolina; et al. **A origem dos dogmas de inferiorização, opressão e exclusão das mulheres: um olhar a partir do papel da mulher no medievo**. In: Salão do conhecimento UNIJUÍ, 2016, XXI Jornada de Pesquisa. Disponível em <<https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaocohecimento/article/view/7142/5909>> Acesso em 03 de abril de 2020.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 29, n. 2,

mai/ago. 2014. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008> Acesso em 22 de setembro de 2020.

BEZERRA, Vanessa; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social: Desafios de uma abordagem crítica**. São Paulo: Saraiva, 2015.

BÍBLIA SAGRADA. Gênesis. Tradução de João Ferreira Almeida. 2 ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. p 1 -3.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

Brasil registra 1 caso de agressão a mulher a cada 4 minutos, mostra levantamento. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-1-caso-de-agressao-a-mulher-a-cada-4-minutos-mostra-levantamento.shtml?origin=folha>>. Acesso em 23 de abril de 2020.

BUENDÍA, Josefa. **Gênero e Religião: Dimensão Política da Transgressão**, in: ROSADO, Maria José (org.). **Gênero, Feminismo e Religião: Sobre um campo em constituição**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/502947/mod_resource/content/1/ENP_155/Referencias/Convitea-Filosofia.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2020.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CRUZ, Fernanda. Mais de 500 mulheres são agredidas por hora no Brasil, revela pesquisa. **Agencia Brasil**, 26 de fevereiro de 2019. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-02/mais-de-500-mulheres-sao-agredidas-por-hora-no-brasil-revela>>. Acesso em 09 de setembro de 2020.

Datafolha: 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião. **O Globo**, 13 de janeiro de 2020. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/datafolha-50-dos-brasileiros-sao-catolicos-31-evangelicos-10-nao-tem-religiao-24186896>>. Acesso em 15 de abril de 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

Desigualdade entre homens e mulheres no trabalho quase não caiu em 27 anos, diz OIT. **G1**, 06 de março de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e->

emprego/noticia/2019/03/06/desigualdade-entre-homens-e-mulheres-no-trabalho-quase-nao-caiu-em-27-anos-diz-oit.ghml> Acesso em 15 de abril de 2020.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, 2009.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e Caça às Bruxas: da Idade Média aos dias atuais.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. **A intervenção do serviço social junto à questão da violência conta a mulher.** Revista Katálysis, Santa Catarina, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2926011.pdf>> Acesso em 20 de março de 2020.

MIZUNO, Camila; FRAID, Jaqueline Aparecida; CASSAB, Latif Antonia. **Violência contra a mulher: Por que elas simplesmente não vão embora?** In: Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010 Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/3.CamilaMizuno.pdf>> Acesso em 15 de agosto de 2020.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Feminismo, história e poder.** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em 12 de abril de 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia da Letras, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Juliana Anacleto. **Desigualdade Social e o Conceito de Gênero.** Disponível em <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-3a7.pdf>> Acesso em 01 de abril de 2020.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Trad. por Guacira Lopes Louro. Educação & Realidade, v.15, n.2, jul./dez. 1990. Disponível em <<https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>>. Acesso em 30 de março de 2020.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em Comum: para todas, todos e todes.** 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.